



# **Relatório de Governança Corporativa 2021**

**(Exercício 2020)**

**Mai de 2021**

## **ÍNDICE**

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>O IPMJ .....</b>	<b>4</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>17</b>
<b>FINANCEIRO .....</b>	<b>20</b>
<b>EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL .....</b>	<b>32</b>
<b>JURÍDICO .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>ATIVIDADES REALIZADAS PELO RPPS EM 2020 .....</b>	<b>40</b>
<b>APROVAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS .....</b>	<b>41</b>

## APRESENTAÇÃO

O relatório de Governança Corporativa é uma forma do Instituto de Previdência do Município de Jacareí – IPMJ – prestar contas aos segurados e à sociedade sobre as atividades que realiza, reforçando o seu compromisso com as boas práticas de gestão e com a transparência.

Esta é a primeira edição do relatório, que será elaborado anualmente, e o seu objetivo é mostrar os resultados das ações desenvolvidas no Instituto, durante o exercício de 2020, nas suas diversas áreas de atuação.

O ano de 2020 foi marcado por muitos desafios, sobretudo em razão das incertezas decorrentes dos debates sobre a reforma da previdência, realizada no âmbito dos servidores federais pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Embora tenha sido amplamente divulgado que a reforma não modificaria as regras de aposentadoria e pensão aplicáveis aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, algumas regras gerais, que deverão ser observadas por todos os entes que possuem RPPS, foram estabelecidas.

Tais regras gerais demandaram e demandarão adequações que deverão ser realizadas pelas entidades que integram o regime de previdência municipal, o que exigirá uma atuação abalizada dos gestores e dos servidores do município.

E em tempos de mudanças, a disseminação de conhecimentos e de informações aos segurados mostra-se de suma importância para uma transição segura e eficaz, tornando ainda mais importante a divulgação que se pretende com este relatório.

Esta apresentação pretende, de forma clara e objetiva, expor nosso Regime Próprio de Previdência Social, que visa garantir um futuro digno para todos os servidores, merecido após anos de trabalho. Futuro este que precisamos construir juntos.

## O IPMJ

No Município de Jacareí, o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos foi instituído pela Lei nº 3.410, de 7 de outubro de 1993, posteriormente consolidada pela Lei nº 4.083, de 5 de junho de 1998, sendo gerido pelo **Instituto de Previdência do Município de Jacareí – IPMJ**.

O IPMJ foi constituído sob a forma de Autarquia Municipal, tendo como objetivos:

1 - prover recursos para custear as aposentadorias dos servidores públicos da Prefeitura, da Câmara, Autarquias e Fundações Públicas do Município de Jacareí e as pensões concedidas a seus beneficiários, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e

2 – criar condições para capitalização de recursos destinados aos fins anteriormente mencionados.

Como se observa, a concessão e a manutenção de benefícios no âmbito municipal, assim como a gestão dos recursos previdenciários, constituem atividades relativamente recentes que vêm exigindo constante aperfeiçoamento dos gestores e servidores a elas ligados direta ou indiretamente.

O exercício das atividades relacionadas à previdência pressupõe a reunião de esforços para o surgimento de uma cultura previdenciária, fenômeno que deve ser constantemente fomentado entre os integrantes do sistema através de ações que visem a universalização do acesso às informações e a transparência da gestão.

Para esta finalidade, o IPMJ adota diversas medidas, como o constante aperfeiçoamento no atendimento e orientação aos servidores que integram o regime, a disponibilização de informações através de seu portal da transparência e, mais recentemente, a adesão ao Pró-Gestão RPPS, programa de certificação voltado à consolidação das boas práticas de gestão e de governança.

Em suas atividades o IPMJ submete-se ao acompanhamento dos órgãos de controle externo, como o Ministério da Economia e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e interno, estes representados pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal que são formados por servidores e que acompanham as concessões de benefícios e a aplicação dos recursos do IPMJ.

Em linhas gerais, o IPMJ é organizado como um sistema de previdência que garante benefícios de aposentadoria e pensão aos servidores e aos seus dependentes, mediante contribuições dos segurados e das entidades públicas municipais.

Para dar efetividade às suas funções o Instituto de Previdência do Município de Jacareí apresenta, basicamente, a seguinte estrutura:

- I - Diretoria Executiva;
- II - Conselho Deliberativo; e
- III - Conselho Fiscal.

Como se pode observar, a gestão transparente e eficiente, com observância às regras estabelecidas aos Regimes Próprios de Previdência Social, constituem premissas do trabalho desenvolvido pelo Instituto.



*Figura 1 - Sede do IPMJ*

Sede: Rua Antônio Afonso, 513 - Centro - Jacareí/SP

Telefone: (12) 3954-3060

E-mail: [contato@ipmj.sp.gov.br](mailto:contato@ipmj.sp.gov.br)

Atendimento ao público: Considerando a recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus do Governo do Estado de São Paulo para se evitar aglomeração de pessoas objetivando mitigar a propagação da pandemia de Covid-19, os serviços de atendimento ao público estão suspensos ao atendimento presencial, devendo todas as demandas serem pré-agendadas por e-mail ou telefone.

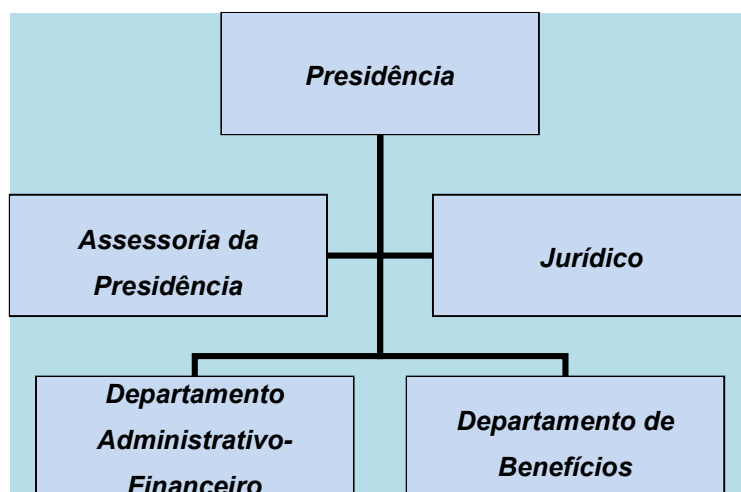
Desde de 23 de março de 2020, segue o decreto nº 1002, que estabelece medidas complementares para o enfrentamento da pandemia do COVID-19.

## ADMINISTRAÇÃO

### ○ Estrutura Administrativa

A fim de realizar as suas funções institucionais o IPMJ dispõe de uma estrutura administrativa que foi estabelecida pela Lei Municipal nº 6.152, de 21 de setembro de 2017, com as modificações introduzidas pela Lei Municipal nº 6.244, de 13 de dezembro de 2018.

Segundo a estrutura definida o IPMJ dispõe da Presidência, como órgão de direção superior, de dois Departamentos, que dirigem as atividades das áreas de Benefícios, Administrativa e Financeira, e de órgãos de assessoramento (Assessoria da Presidência e Jurídico), na forma do seguinte organograma simplificado:



No ano de 2020 a Presidência do IPMJ foi exercida pelo Sr. Juarez Braga de Oliveira Júnior, a Diretoria do Departamento Administrativo-Financeiro pela Sra. Renata de Souza Santos Esteves, e a Diretoria do Departamento de Benefícios pela Sra. Sandra Pereira Rossi, integrando estes três cargos a Diretoria Executiva, responsável pelos atos de gestão do Instituto.

A Gestão dos Recursos do RPPS é exercida pelo Sr. Vanderlei Massarioli, Assessor da Presidência, nomeado pela Portaria nº 206/2018, de 14/12/2018, na

forma prevista no artigo 2º, § 4º, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às disposições legais previstas.

Integram ainda a equipe do IPMJ os seguintes servidores e estagiários:

<b>Matricula</b>	<b>Nome do Servidor</b>	<b>Cargo</b>
344	PATRICIA GOMES DE SOUZA	SECRETARIA
801	SANDRA PEREIRA ROSSI	SECRETARIA
414	MARCIA APARECIDA DE SIQUEIRA ARNALDO	ANALISTA DE BENEFÍCIOS
804	ALIDA APARECIDA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL
805	MARIANNA BIGLENISA DE SOUSA STEIN MELO	PSICÓLOGO
919	DANIEL ALEXANDRE SALLES	ASSISTENTE DE SERVICOS MUNICIPAIS
954	RENATA DE SOUZA SANTOS ESTEVES	AUXILIAR TÉCNICO
1209	IVANIR BARBOSA DA SILVA MEDEIROS	TECNICO DE CONTABILIDADE
1214	AMAURI ARNALDO JUNIOR	MOTORISTA
1230	GLAUBER LUIS DE MORAES	ANALISTA DE SISTEMAS
1280	HERNANI JOSE BARRETO DA SILVA	ANALISTA DE BENEFÍCIOS
1346	FRANCISCO CALUZA MACHADO	ADVOGADO
1607	ANDREZA CLEMENTE DOS SANTOS	AUXILIAR TÉCNICO
1626	THAIS PRIANTE STORNI DE ANDRADE	ANALISTA DE PESSOAL JUNIOR
1627	CARLOS AUGUSTO ZANI	ANALISTA DE PESSOAL JUNIOR
2551	JUAREZ BRAGA DE OLIVEIRA JUNIOR	PRESIDENTE
2926	VANDERLEI MASSARIOLI	ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA
2927	FABIOLA DE MELO SILVA CARNEIRO	ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA
2925	MARCELO CARVALHO LIMA	ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA
3222	HEITOR ANDRADE FERNANDES DOS REIS	ESTAGIÁRIO
3223	ELAYNE DA SILVA OLIVEIRA MIRANDA	ESTAGIÁRIO
3224	SUELEN DE OLIVEIRA VITORINO	ESTAGIÁRIO
3338	RAISSA HELOISA DA SILVA PEREIRA	ESTAGIÁRIO
3339	ADRIELY MARTINS APARECIDO	ESTAGIÁRIO



*Figura 2 – Equipe do IPMJ*

### ○ **Conselho Deliberativo**

Para dar efetividade ao conceito moderno de democracia participativa, modelo de exercício de poder que visa a melhor gestão dos recursos públicos e o controle da sociedade sobre a formulação de políticas e de ações das entidades públicas, o IPMJ dispõe de dois conselhos: o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é um órgão permanente da estrutura do IPMJ que acompanha e fiscaliza as atividades do Instituto para a proteção dos interesses dos participantes do regime (servidores, ativos e inativos, pensionistas e Administração Pública).

A Lei Municipal nº 4.083, de 5 de junho de 1998, define que o Conselho Deliberativo é composto por 15 membros, escolhidos dentre os servidores efetivos ou beneficiários do Instituto, competindo-lhe:

*I - opinar sobre aplicações financeiras dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Jacareí (IPMJ);*

*II - emitir parecer sobre os pedidos de aposentadoria e pensões, ouvido, se necessário, o órgão administrativo ao qual o servidor esteja subordinado;*

*III - opinar sobre os pedidos de redistribuição de pensão;*

*IV - propor, ao Presidente, a perda da qualidade de pensionista;*

*V - zelar pela verificação e acompanhamento dos casos de invalidez e interdição;*



*VI - elaborar e votar o seu Regimento Interno;*

*VII - analisar, propor alterações e deliberar a proposta orçamentária do Instituto, elaborada e encaminhada pela Diretoria Executiva;*

*VIII - solicitar, ao Presidente, a abertura de créditos adicionais;*

*IX - aprovar a prestação de contas dos recursos do Instituto, apresentada pela Diretoria Executiva;*

*X - promover a avaliação técnica do Instituto;*

*XI - opinar sobre a composição do quadro de pessoal do Instituto e bem assim sobre as alterações.*

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Deliberativo, no ano de 2020, foram as seguintes:

- **304ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de Janeiro de 2020:** Aprovação do balancete do mês de Dezembro de 2019, conforme parecer prévio do Conselho Fiscal; Análise e aprovação de 17 expedientes de concessão de benefícios; Não houve participação do Presidente nesta reunião. Houve questionamentos do Conselho sobre o pagamento do auxílio doença tendo em vista os dispositivos da EC nº 103. O Assessor da Presidência registrou agradecimentos pelos resultados do Comitê de Investimentos obtidos em 2019 superando a meta atuarial em 199,16% e justificando a permanência dos membros.
- **305ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de Fevereiro de 2020:** Aprovação do balancete do mês de Janeiro de 2020, com ressalvas, devido à falta de repasse das contribuições patronal e suplementar referentes a janeiro, conforme parecer prévio do Conselho Fiscal; Análise e aprovação de 16 expedientes de concessão de benefícios; Foi discutido o assunto sobre o repasse do auxílio doença e da alteração das alíquotas de contribuição. O presidente abordou o projeto da construção da sede do IPMJ, observando haver falhas no memorial descritivo que exigem correções. Informou aos Conselheiros sobre o 2º Congresso de Investimentos dos RPPS em Florianópolis.
- **147ª Reunião Extraordinária, realizada em 01 de Julho de 2020:** O presidente apresentou como pauta única da reunião: “Esclarecimentos sobre o projeto de lei nº 12 de 09/06/2020”, no qual tratava-se da elevação da alíquota de contribuição do servidor para 14% do salário de contribuição.

- **306ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de Julho de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo Google Meet devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Não houve participação do Presidente nesta reunião por motivos imperiosos. Análise e aprovação de 21 expedientes de concessão de benefícios.
- **307ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de Julho de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo Google Meet devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Não houve participação do Presidente nesta reunião que justificou estar acompanhando a votação do projeto relacionado ao IPMJ na Câmara Municipal. Análise e aprovação de 13 expedientes de concessão de benefícios.
- **308ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de Agosto de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo Google Meet devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balanço de 2019. Aprovação dos balancetes dos meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 2020, conforme parecer prévio do Conselho Fiscal com menções referente ao auxílio doença e salário família que vem sendo pago pelo IPMJ e não pelo ente; Análise de 09 expedientes de concessão de benefícios e aprovação de 08 expedientes, sendo 01 retirado por inconsistências em documentos comprobatórios de dependência e falta de relatório de visita social; Discussão do projeto de lei (PLE 13/2020) solicitando autorização de suspensão de repasses de contribuições previdenciárias patronais e pagamento de parcelas de débitos de acordos estabelecidos com o IPMJ.
- **309ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de Outubro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo Google Meet devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Análise dos balancetes dos meses de Julho e Agosto de 2020, conforme parecer prévio do Conselho Fiscal que refletem em incertezas e dificuldades em aprovação pelo Conselho Deliberativo solicitando reunião extraordinária para maiores esclarecimentos; Análise e aprovação de 21 expedientes de concessão de benefícios; Renovação de CRP com vigência por mais 06 meses. Informe sobre a realização do 16º Congresso da APEPREM “online e gratuito” conclamando a participação de todos os conselheiros. Apresentação da Avaliação Atuarial base dezembro de 2019.

- **310ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de Novembro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo Google Meet devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação da Atualização da Política Anual de Investimentos de 2020; Análise do balancete do mês de Setembro de 2020, aguardando reunião extraordinária para maiores esclarecimentos e aprovação conforme parecer prévio do Conselho Fiscal; Análise e aprovação de 16 expedientes de concessão de benefícios.
- **311ª Reunião Ordinária, realizada em 01 de Dezembro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo Google Meet devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Outubro de 2020, conforme parecer prévio do Conselho Fiscal e suas ressalvas; Análise e aprovação de 19 expedientes de concessão de benefícios; Aprovação da LOA-2021. Aprovação da Política Anual de Investimentos de 2021;

**Composição do Conselho Deliberativo do IPMJ (Dez/2019-Dez/2021):**

Membros:	ADRIANA CRISTINA DE SOUZA FARIA
	ANTÔNIO ALVES DE MORAES
	EDVALDO FERREIRA
	EVANDRO PAULINO DE ARAÚJO
	JOSÉ RICARDO VINHAS
	ANDRÉ LUIS CINTRA
	MÁRCIA APARECIDA DE SIQUEIRA ARNALDO
	MARIANNA BIGLENISA DE SOUZA STEIN MELO
	JEAN PETER IBRAHIM
	REYNALDO BUENO PRIANTI NETO
	ROSANGELA DE OLIVEIRA FARIA
	ROSEMEIRE GODOY DE LIMA
	NATÁLIA BARBOSA BARROS
	WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
	WILLIAN OTÁVIO PEREIRA



*Figura 3 - Membros do Conselho Deliberativo*

### ○ Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão permanente da estrutura do IPMJ responsável pela tomada e aprovação das contas do RPPS, cabendo-lhe zelar pela regularidade da escrituração contábil, dos atos de gestão financeira e patrimonial e pela observância das normas aplicáveis.

A Lei Municipal nº 4.083, de 5 de junho de 1998, define que o Conselho Fiscal é composto por 3 membros, escolhidos dentre os servidores efetivos, competindo-lhes:

*I - tomada e aprovação de contas do Instituto de Previdência;*

*II - convocar o Presidente do Conselho Deliberativo, se verificada irregularidade na escrituração contábil e/ou nos atos de gestão financeira e patrimonial e/ou inobservância de normas legais ou regimentais.*

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Fiscal, no ano de 2020, foram as seguintes:

- **306ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de Janeiro de 2020:** Aprovação do balancete do mês de Dezembro de 2019, observaram os conselheiros atenção a aplicabilidade imediata da E.C. 103/2019 referente ao pagamento do auxílio doença e salário família, com ressalvas quanto ao valor não repassado pela Prefeitura, solicitando providências ao Conselho Deliberativo e a Presidência sobre posicionamento do recebimentos dos valores a menor;

- **307ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de Fevereiro de 2020:** Aprovação do balancete do mês de Janeiro de 2020, observaram os conselheiros atenção a aplicabilidade imediata da E.C. 103/2019 referente ao pagamento do auxílio doença e salário família, com ressalvas quanto ao valor não repassado pela Prefeitura, solicitando providências ao Conselho Deliberativo e a Presidência sobre posicionamento do recebimentos dos valores a menor;
- **308ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de Abril de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Hangouts” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Fevereiro de 2020, sem ressalvas, observaram os conselheiros atenção a aplicabilidade imediata da E.C. 103/2019 referente ao pagamento do auxílio doença e salário família, quanto ao valor não repassado pela Prefeitura, solicitando providências ao Conselho Deliberativo e a Presidência sobre posicionamento do recebimentos dos valores a menor;
- **309ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de Maio de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Hangouts” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balanço de 2019, sem ressalvas. Aprovação do balancete do mês de Março de 2020, sem ressalvas, observaram os conselheiros atenção a aplicabilidade imediata da E.C. 103/2019 referente ao pagamento do auxílio doença e salário família, quanto ao valor não repassado pela Prefeitura, solicitando providências ao Conselho Deliberativo e a Presidência sobre posicionamento do recebimentos dos valores a menor;
- **310ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de Junho de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Hangouts” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Abril de 2020, sem ressalvas, observaram os conselheiros atenção a aplicabilidade imediata da E.C. 103/2019 referente ao pagamento do auxílio doença e salário família, quanto ao valor não repassado pela Prefeitura, solicitando providências ao Conselho Deliberativo e a Presidência sobre posicionamento do recebimentos dos valores a menor;
- **311ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de Julho de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Meet” devido as

restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação dos balancetes dos meses de Maio e Junho de 2020, sem ressalvas, observaram os conselheiros atenção a aplicabilidade imediata da E.C. 103/2019 referente ao pagamento do auxílio doença e salário família, quanto ao valor não repassado pela Prefeitura, solicitando providências ao Conselho Deliberativo e a Presidência sobre posicionamento do recebimentos dos valores a menor;

- **312ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de Agosto de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Meet” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Julho de 2020, sem ressalvas, porém foram registradas observações de despesa com o fornecedor Mestra Comunicação Ltda - ME, referente a criação e finalização do Boletim Oficial do Município de Jacareí e em atenção a limitação do rol de benefícios e a responsabilidade de pagamento do auxílio doença e salário família pelo ente, dada pelo art. 9º, § 2º e 3º da E.C. 103/2019, foi destacada a publicação em 04/08/2020 da Lei Municipal 6.346/2020 que altera o plano de custeio do instituto, e aplica o dispositivo constitucional citado acima, pediram consulta à SPREV sobre os valores que foram pagos após a E.C. 103/2019, se devem ser restituídos, no que tange o entendimento de aplicabilidade imediata do dispositivo constitucional, ou se cabe, também a esse assunto, o prazo de cumprimento da norma tratado na Portaria SEPRTIME 1.348, de 03/12/2019.
- **313ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de Setembro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Meet” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Agosto de 2020, com ressalvas, observando despesas com o fornecedor Mestra Comunicação Ltda – ME e atenção ao art. 9º, § 2º e 3º da E.C. 103/2019, instituído ao município por meio da Lei Municipal 6.346/2020, com alteração a partir de 31/07/2020, considerando à norma eficácia plena e aplicabilidade imediata, por meio de consultas via GESCON, compartilham os membros do entendimento da SPREV, que os pagamentos dos benefícios, auxílio doença e salário família, até 31/07/2020, não impediram a emissão de CRP, porém isso não elide a obrigatoriedade dos Entes de reembolsar tais valores aos RPPS, assim pedem os membros do conselho fiscal, ações conjuntas entre o Conselho Deliberativo e a Presidência do IPMJ, para requisição de reembolso dos valores repassados no

período de referência 11/2019 (após promulgação da EC 103/2019) a 07/2020, junto à Prefeitura Municipal de Jacareí e SAAE.

- **314ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de Outubro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Meet” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Setembro de 2020, com ressalvas, em razão da ausência de repasse parcial de contribuições patronais e suplementar da Prefeitura e em atenção a limitação do rol de benefícios e a responsabilidade de pagamento do auxílio doença e salário família pelo ente, dada pelo art. 9º, § 2º e 3º da EC 103/2019, instituída pela Lei Municipal 6.346/2020 a partir de 31/07/2020, considerando à norma eficácia plena e aplicabilidade imediata, compartilhando do mesmo entendimento da SPREV, que expõe por meio de consultas via GESCON, que os pagamentos dos benefícios, auxílio doença e salário família, até 31/07/2020, não impede a emissão de CRP, porém isso não elide a obrigatoriedade dos Entes de reembolsar tais valores aos RPPS, diante dos valores repassados no período de referência 11/2019 (após promulgação da EC 103/2019) a 07/2020, reforçam, os conselheiros, o pedido de ações conjuntas entre o Conselho Deliberativo e a Presidência do IPMJ, para o reconhecimento desses valores e requisição do reembolso junto à Prefeitura e SAAE;
- **315ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de Novembro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Meet” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Outubro de 2020, com ressalvas, em razão da ausência de repasse parcial de contribuições patronais e suplementar da Prefeitura e em atenção a limitação do rol de benefícios e a responsabilidade de pagamento do auxílio doença e salário família pelo ente, dada pelo art. 9º, § 2º e 3º da EC 103/2019, instituída pela Lei Municipal 6.346/2020 a partir de 31/07/2020, considerando à norma eficácia plena e aplicabilidade imediata, compartilhando do mesmo entendimento da SPREV, que expõe por meio de consultas via GESCON, que os pagamentos dos benefícios, auxílio doença e salário família, até 31/07/2020, não impede a emissão de CRP, porém isso não elide a obrigatoriedade dos Entes de reembolsar tais valores aos RPPS, diante dos valores repassados no período de referência 11/2019 (após promulgação da EC 103/2019) a 07/2020, reforçam, os conselheiros, o pedido de ações conjuntas entre o Conselho Deliberativo e a Presidência do IPMJ, para o

reconhecimento desses valores e requisição do reembolso junto à Prefeitura e SAAE; Aprovação da Política Anual de Investimentos de 2021 com diminuição da meta atuarial de INPC + 6,00% para INPC + 5,46% a.a. de acordo com a portaria SPREV 12.223;

- **316ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2020:** A reunião foi realizada por videoconferência utilizando-se o aplicativo “Google Meet” devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19. Aprovação do balancete do mês de Novembro de 2020, com observações, em razão da ausência de repasse parcial de contribuições patronais e suplementar da Prefeitura e em atenção a limitação do rol de benefícios e a responsabilidade de pagamento do auxílio doença e salário família pelo ente, dada pelo art. 9º, § 2º e 3º da EC 103/2019, instituída pela Lei Municipal 6.346/2020 a partir de 31/07/2020, considerando à norma eficácia plena e aplicabilidade imediata, compartilhando do mesmo entendimento da SPREV, que expõe por meio de consultas via GESCON, que os pagamentos dos benefícios, auxílio doença e salário família, até 31/07/2020, não impede a emissão de CRP, porém isso não elide a obrigatoriedade dos Entes de reembolsar tais valores aos RPPS, diante dos valores repassados no período de referência 11/2019 (após promulgação da EC 103/2019) a 07/2020, reforçam, os conselheiros, o pedido de ações conjuntas entre o Conselho Deliberativo e a Presidência do IPMJ, para o reconhecimento desses valores e requisição do reembolso junto à Prefeitura e SAAE;

**Composição do Conselho Fiscal do IPMJ (Dez/2019-Dez/2021):**

Membros:	AMAURI ARNALDO JÚNIOR
	CLÉVIO VITOR DE ALMEIDA
	CLÁUDIO ADRIANO DE SIQUEIRA CAMPOS



*Figura 4 - Membros do Conselho Fiscal*



## **RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O sistema previdenciário brasileiro é formado pelo Regime Geral de Previdência Social, pelo Regime Próprio de Previdência Social e pelo Regime de Previdência Complementar.

O Regime Geral de Previdência Social – RGPS – é organizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – sendo responsável pelo custeio e concessão de benefícios aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos não abrangidos por regime próprio.

Já o Regime Complementar de Previdência possui caráter facultativo e visa propiciar aos optantes um seguro previdenciário adicional garantindo ao participante ou ao seu beneficiário uma renda extra.

Os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – por sua vez, são os instituídos e mantidos pela União, pelos Estados e pelos Municípios em favor dos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos.

A estruturação dos RPPS teve suas regras gerais de organização e funcionamento definidas com a edição da Lei Federal nº 9.717/98 e, no âmbito constitucional, suas regras são previstas pelo artigo 40 da Constituição Federal. Esta regulamentação veio, ao longo do tempo, sofrendo modificações, especialmente pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019.

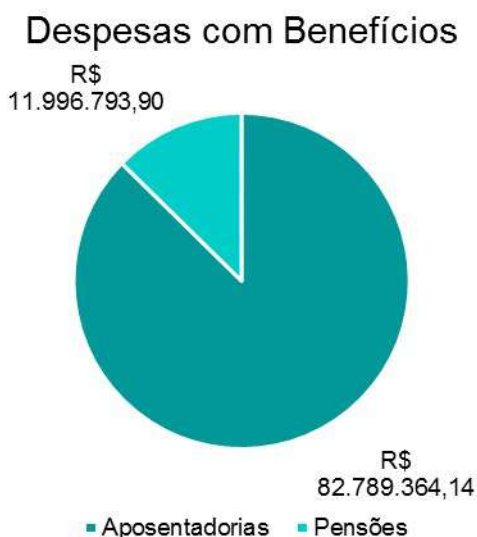
Em suma os Regimes Próprios de Previdência Social devem analisar e conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, observar o caráter contributivo e solidário do regime e prezar pelo equilíbrio financeiro e atuarial com gestão transparente.

O RPPS municipal, administrado pelo IPMJ, contava, em 31 de dezembro de 2020, com o seguinte quantitativo de segurados e beneficiários:

<b>Ativos</b>	<b>Aposentados</b>	<b>Pensionistas</b>
4.624	2.027	433
65,26%	28,61%	6,13%

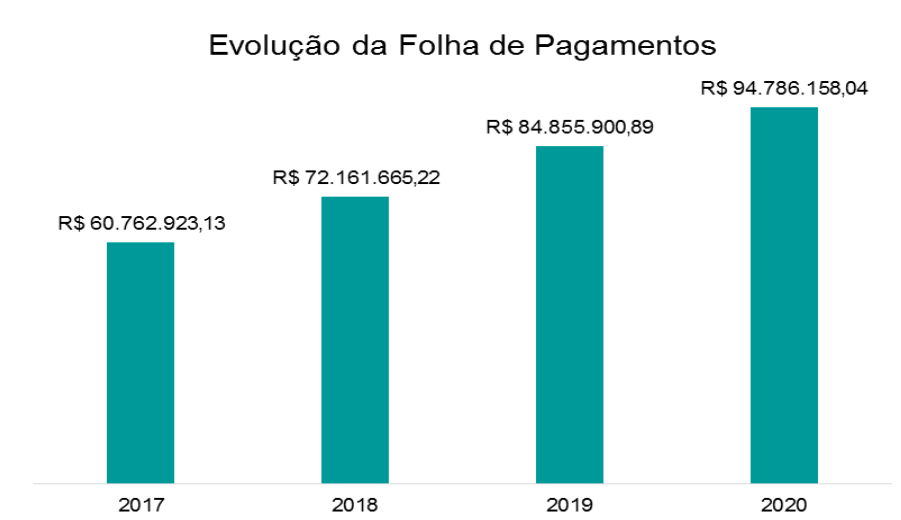
○ **Despesas com benefícios previdenciários**

O IPMJ concedeu, no ano de 2020, 143 aposentadorias e 39 benefícios de pensão em decorrência de óbito de segurados, dependendo os seguintes valores para a manutenção dos benefícios:



○ **Evolução das despesas com Folha de Pagamento**

Nos quatro últimos exercícios, as despesas com a folha de pagamento dos benefícios previdenciários mantidos pelo IPMJ apresentaram a seguinte evolução:



○ **Recadastramento**

O IPMJ realiza, anualmente, o recadastramento de aposentados e pensionistas no mês do aniversário de cada um. No ano de 2020 o recadastramento anual ficou suspenso em razão da pandemia.

○ **COMPREV**

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Em 2020, o IPMJ recebeu R\$ 5.915.904,82 da Compensação Previdenciária do INSS. Em contrapartida, foi repassado para o INSS, referente aos requerimentos concedidos de COMPREV (RI – RGPS como Regime Instituidor), o valor total de R\$ 357.486,44

A evolução das receitas e das despesas do IPMJ, relacionadas à Compensação Previdenciária, pode ser visualizada no gráfico:



## FINANCEIRO

### ○ Receitas e Despesas

Em 2020, o IPMJ contabilizou as seguintes receitas:

Tipo de receita	Valor
Contribuições previdenciárias	R\$ 62.813.686,66
Acordos de parcelamentos	R\$ 25.695.991,51
Receita Patrimonial	R\$ 50.044.773,28
COMPREV	R\$ 5.915.904,82
Outras Receitas Correntes	R\$ 63.290,62
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 144.533.646,89</b>

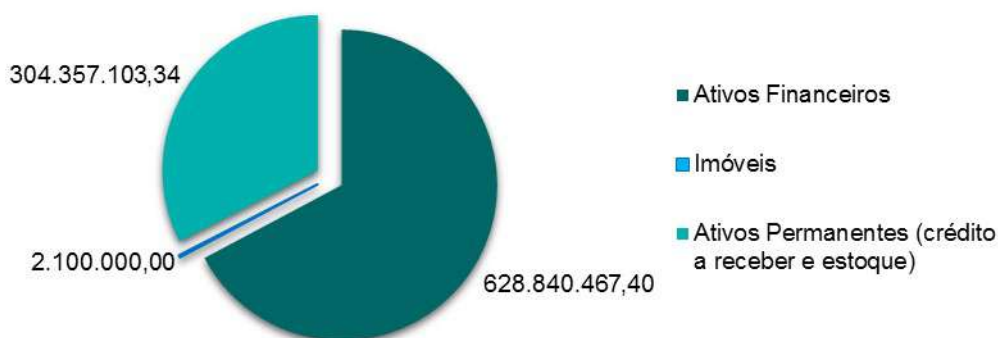
E no mesmo ano, as despesas contabilizadas foram as seguintes:

Tipo de despesa	Valor
Folha de pagamento de benefícios	R\$ 94.786.118,04
Folha de pagamento servidores ativos	R\$ 1.741.221,95
Salário Família	R\$ 18.185,90
COMPREV	R\$ 357.486,44
Auxílio Doença	R\$ 951.285,91
Indenizações	R\$ 1.540,98
Sentenças Judiciais	R\$ 367.526,34
PASEP	R\$ 1.445.336,51
Outras Despesas	R\$ 570.772,44
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 100.239.474,51</b>

### ○ Patrimônio do RPPS

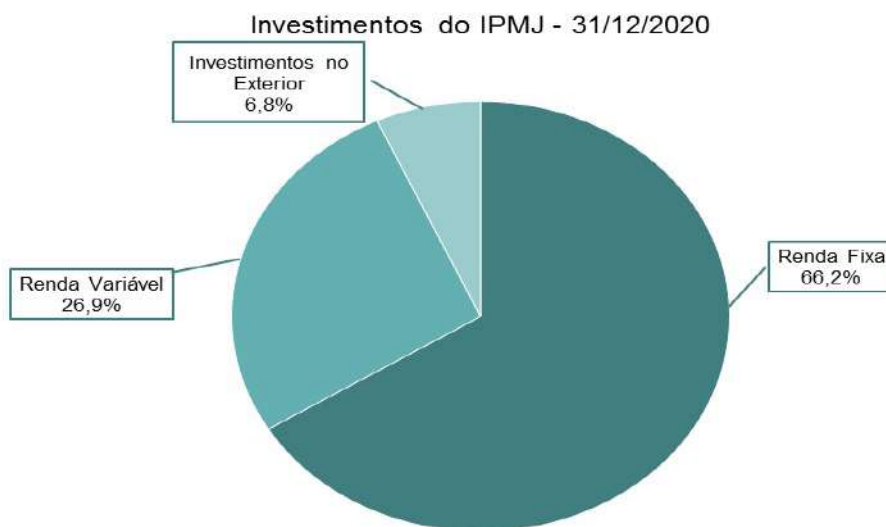
O patrimônio do IPMJ, na data de 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 935.297.570,74, sendo assim distribuído:

### Patrimônio do RPPS em 31/12/2020 (R\$)



#### ○ Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 os recursos do RPPS estavam aplicados nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior, conforme distribuição a seguir:



Durante o exercício de 2020 a distribuição dos recursos do Instituto, nestes três segmentos, teve a seguinte evolução:

2020	Carteira (R\$)			%			Movimentações (R\$)		Patrimônio Líquido (R\$)
	Renda Fixa	Renda Variável	Investimentos no Exterior	Renda Fixa	Renda Variável	Exterior	Aplicações	Resgates	
Janeiro	455.486.612,99	160.039.263,22	-	74,0	25,99	-	21.947.514,20	18.614.414,20	615.825.841,32
Fevereiro	456.360.172,26	149.223.669,07	-	75,4	24,64	-	81.522.800,10	82.698.685,42	605.583.841,32
Março	425.755.432,42	109.074.942,86	-	79,6	20,39	-	7.519.762,00	7.538.184,94	534.830.375,28
Abril	431.512.456,00	119.223.751,75	-	78,4	21,65	-	11.252.700,00	10.772.100,00	550.736.207,75
Mai	438.248.342,28	126.723.702,67	-	77,6	22,43	-	2.553.200,00	1.678.600,00	564.972.044,95
Junho	447.354.261,30	134.063.168,36	-	76,9	23,06	-	9.115.314,81	8.425.414,81	581.417.429,67
Julho	467.183.696,06	143.316.104,87	-	76,5	23,48	-	8.580.500,00	7.486.200,00	610.499.800,94
Agosto	460.423.797,74	139.994.908,75	-	76,7	23,32	-	27.869.775,60	26.071.500,00	600.418.706,48
Setembro	449.901.539,35	132.392.482,28	-	77,3	22,74	-	604.730,00	4.488.500,00	582.294.021,64
Outubro	434.446.338,14	139.543.316,36	4.807.968,71	75,1	24,11	0,83	26.670.500,00	28.048.681,15	578.797.623,22
Novembro	405.893.039,97	156.601.813,89	40.916.020,72	67,3	25,95	6,78	65.926.000,00	67.221.200,00	603.410.874,57
Dezembro	416.527.241,53	169.401.002,32	42.912.223,57	66,2	26,94	6,82	61.348.922,34	65.666.265,93	628.840.467,40

\* o valor total do patrimônio líquido não é impactado apenas pelas aplicações e resgates, mas também pela valorização e desvalorização das cotas dos fundos nos quais os recursos encontram-se alocados no mercado financeiro.

Por ocasião da elaboração de sua Política Anual de Investimentos o IPMJ estabelece uma meta para os seus investimentos denominada de meta atuarial.

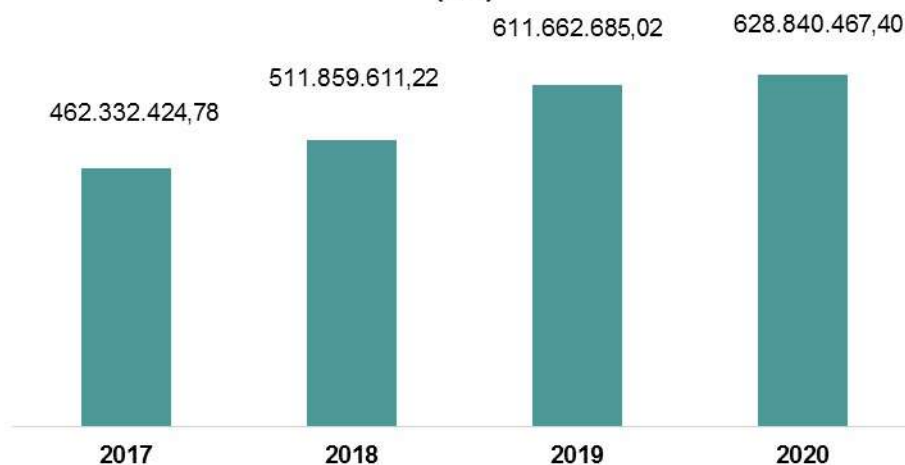
A **meta atuarial**, para melhor compreensão, consiste na rentabilidade mínima que os regimes próprios de previdência social devem perseguir para que os seus investimentos sejam capazes de gerar retorno suficiente à cobertura de suas obrigações futuras.

Em 2020 os investimentos do IPMJ obtiveram uma rentabilidade de 1,0037%, equivalente a 8,07% da meta atuarial, que foi de 12,44% (composta pelo índice INPC acrescido de uma taxa de juros de 6% ao ano).

### ○ **Evolução da Carteira de Investimentos**

Em 2020 os investimentos do IPMJ se mantiveram acima dos R\$ 600 milhões, podendo ser visualizada a sua evolução no gráfico:

**Evolução da Carteira de Investimentos do IPMJ  
 (R\$)**



○ **Investimentos por Gestores**

Em 2020, os recursos do IPMJ foram alocados em fundos de investimentos assim distribuídos nas seguintes instituições financeiras:

GESTORES	FUNDOS	R\$	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FI CAIXA BRASIL IMA-B TP RF LONGO PRAZO	90.220.493,25	26,49
	FI CAIXA BRASIL IMA-B5 TP RF LONGO PRAZO	19.011.694,88	
	FI CAIXA BRASIL IMA-B5+ TP RF LONGO PRAZO	25.514.755,81	
	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	31.824.724,80	
BANCO DO BRASIL S/A	BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA-B5 LP FIC FI	61.557.420,53	22,34
	BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA-B5+ TP FI	28.075.299,57	
	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FI	50.856.868,69	
SUL AMÉRICA INVEST. GESTORA REC. S.A.	SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA	64.535.453,08	11,66
	SUL AMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	8.802.001,77	
ITÁU UNIBANCO S/A.	ITÁU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINAMICA RF FICFI (T.A)	11.088.160,49	5,86
	ITÁU AÇÕES DUNAMIS FIC FI	12.925.126,79	
	IT NOW IBOVSPA FUNDO DE ÍNDICE - BOVV11	12.817.735,78	
WESTERN ASSET MANAGEMENT DTVM	OCCAM FIC DE FI AÇÕES	5.603.319,37	0,89
ICATU VANGUARDA GESTÃO REC. LTDA.	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	31.304.455,25	4,98

NAVI CAPITAL ADM. GESTORA RF LTDA.	NAVI INSTITUCIONAL FI EM AÇÕES	34.755.245,97	5,53
XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA.	AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	16.339.765,20	5,25
	ASHMORE EMERGING MARKETS EQUITY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	16.667.094,78	
SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS	SANTANDER ATIVO RENDA FIXA FIC	13.619.563,45	2,66
	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI	942.109,72	
	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI (T.A)	2.164.700,95	
WESTERN ASSET MANAGEMENT DTVM	WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO	17.056.649,02	7,78
	WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	31.867.562,67	
BRAM BRADESCO ASSET M. SA. DTVM	BRADESCO FIC FIA INSTITUCIONAL IBRX ALPHA	8.593.606,84	2,35
	BRADESCO FI AÇÕES SELECTION	6.172.242,51	
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA.	BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA	6.759.902,19	1,07
KINEA PRIVATE EQUITY INVEST. S.A.	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I	6.750.456,59	1,07
PATRIA INVESTIMENTOS LTDA.	PATRIA SPECIAL OPPORTUNITIES I FIC FIP	8.849,34	0,00
BRPP GESTÃO PROD. ESTRUT. LTDA.	FIDC MULTI. BVA MASTER III	59.347,29	0,01
BANCO J. SAFRA S.A	SAFRA CONSUMO AMERICANO FIA BDR-NIVEL I PB	4.942.526,88	0,79
SCHRODER INVESTMENT BRASIL LTDA.	SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS FIC DE FIA IE	4.962.836,71	0,79
META ASSET MANAGEMENT LTDA	META VALOR FIA	3.040.497,23	0,48
<b>TOTAL</b>		<b>628.840.467,40</b>	<b>100</b>

### ○ Comitê de Acompanhamento de Investimentos Financeiros

O processo de tomada das decisões relativas aos investimentos do RPPS é norteado pela Política Anual de Investimentos e auxiliado pelo Comitê de Acompanhamento de Investimentos Financeiros – CAIF – órgão criado pelo Decreto Municipal nº 2.640/2013, e com sua atuação regulamentada pela Resolução nº 02/2014, do IPMJ.

A fidúcia na aplicação dos recursos do Instituto evidencia-se pelas etapas que devem ser observadas no processo de investimento. Antes da realização de qualquer



investimento as instituições financeiras devem realizar um credenciamento prévio, cabendo ao CAIF a avaliação das condições gerais e formais dos administradores, gestores e dos fundos de investimento.

O CAIF, enquanto órgão participante do processo decisório, também verifica os regulamentos próprios dos fundos e seu enquadramento na legislação que disciplina o RPPS, além de avaliar as propostas no que tange às suas condições econômicas.

São discutidos pelo comitê os aspectos relacionados à rentabilidade, à liquidez, e ao risco dos produtos, bem como analisadas as carteiras de investimentos que integram o fundo.

Havendo um parecer favorável, não só quanto ao retorno esperado mas também quanto à adequação à política de investimentos, as indicações de alocação de recursos são encaminhadas para decisão conjunta da Presidência e da Diretoria do Departamento Administrativo-Financeiro do IPMJ que, em obediência ao interesse público e às limitações e estratégias definidas na Política Anual de Investimentos da Autarquia, acatam ou não as sugestões do CAIF.

Dentre as atribuições do Comitê de Acompanhamento de Investimentos Financeiros encontram-se:

*I – participar do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos;*

*II – acompanhar o andamento dos investimentos financeiros do IPMJ;*

*III – receber e analisar todas as propostas de investimentos encaminhadas ao IPMJ por instituições financeiras credenciadas;*

*IV – analisar a conjuntura, cenários e perspectivas do mercado financeiro;*

*V – avaliar riscos potenciais que possam impactar na carteira de investimentos do IPMJ;*

*VI – fiscalizar o cumprimento das resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil, relativas aos investimentos dos regimes próprios de previdência social;*

*VII – emitir mensalmente relatório fundamentado acerca da carteira de investimentos do IPMJ.*

O Comitê de Acompanhamento de Investimentos Financeiros é composto por 7 (sete) servidores ligados ao IPMJ ou a alguma das entidades municipais que integram o regime, na forma a seguir descrita:

*I – Diretor do Departamento Administrativo-Financeiro do IPMJ;*

*II – Supervisor de Investimentos do IPMJ;*

*III – um Assessor da Presidência;*

*IV – um servidor titular de cargo efetivo e pertencente ao Conselho Fiscal do IPMJ;*

*V – dois servidores titulares de cargo efetivo e pertencentes ao Conselho Deliberativo do IPMJ;*

*VI – um servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração de qualquer dos órgãos municipais contribuintes do IPMJ.*

As principais ocorrências e encaminhamentos do Comitê de Investimentos em 2020 foram as seguintes:

- **321ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de Janeiro de 2020:** apresentação da composição do Comitê de Investimentos designada pela Portaria n° 003/2020, de 21/01/2020, relatório gerencial do mês dezembro de 2019, análise da Carteira de Investimento, Cenário Econômico, solicitação aos membros que busquem as certificações, comentário sobre o encerramento do contrato com a empresa de consultoria financeira e obtenção do uso do sistema Quantum para estudos de investimentos.
- **322ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de Fevereiro de 2020:** relatório gerencial do mês janeiro de 2020, Cenário Econômico, análise da Carteira de Investimento, elaboração de relatório específico sobre investimentos para atendimento aos requisitos do Pró-Gestão e a participação de todos os membros no 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, organizado pela ABIPEM, nos dias 11 a 13 de março, em Florianópolis/SP.
- **323ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de Fevereiro de 2020:** Apresentação do cenário econômico e produtos de investimentos distribuídos pela Grid Agente Autônomo de Investimentos Eirelli. Houve apresentação por audioconferência do gestor Roberto Lira da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda, o qual comentou sobre o cenário de renda variável permeando

entre rumores políticos domésticos e crise econômica global, devido ao coronavírus que desacelerou a atividade econômica em boa parte do mundo, aumentando aversão a risco. Atualização de Credenciamentos.

- **324ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de Abril de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Hangouts". Fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19, que levou aos Decretos Municipais: 997, de 16/03/2020, com medidas de prevenção à pandemia; 1.001, de 20/03/2020, declaração de situação de emergência no município, com medidas restritivas de atividades, de maneira a evitar possíveis contaminações ou propagação do coronavírus; 1.002, de 23/03/2020, medidas complementares restritivas de atividades; 1.003, de 26/03/2020, medidas complementares restritivas de atividades; 1.009, de 30/03/2020, medidas restritivas aos servidores públicos; e 1.013, de 08/04/2020 declaração de estado de calamidade pública no município de Jacareí. Dadas essas ações durante o mês de março não foi possível realização de reunião presencial, sendo o cenário econômico acompanhado individualmente por cada membro do comitê, compartilhada informações por grupo de mensagens instantâneas. Assim, nessa reunião ficou registrado o fechamento do mês de fevereiro e março, com a elaboração do relatório gerencial. Apresentação do Cenário Econômico.
- **325ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de Maio de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Hangouts". Fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de abril, com a elaboração do relatório gerencial, Cenário Econômico e análise da carteira de investimentos.
- **326ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de Junho de 2020:** A reunião teve início com uma videoconferência da instituição financeira Vinci Partners sobre os produtos da instituição, cenário econômico e a importância da diversificação para o bom resultado da carteira de investimentos. Após, iniciou-se a reunião com os membros do comitê por meio do aplicativo "Zoom", o modelo de reunião remota fez-se necessário diante da pandemia de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de maio, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos tendo como tema principal a forte desvalorização do fundo de investimento Pátria Special Opportunities I.

- **327ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de Junho de 2020:** A reunião teve início com uma videoconferência da instituição financeira Banco do Brasil no qual expôs sobre cenário econômico externo e doméstico e apresentaram alternativas de investimentos. Após, iniciou-se a reunião com os membros do comitê por meio do aplicativo "Microsoft Teams", dada as ações do executivo municipal para priorizar o isolamento social. Foi solicitado estudos sobre Investimentos no Exterior, acompanhamento do fundo Pátria Special Opportunities I e atualização de credenciamento.
- **328ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de Julho de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. O assunto pautado na reunião foi o Coinvestimento no fundo Pátria Special Opportunities I. Houve explanação pelo setor jurídico do IPMJ ressaltando as regras da Resolução 3.922/2010 direcionadas a aplicações do FIP e as exigências para atender a aplicação. Foi solicitado pelos membros do Comitê de Investimentos notificação extrajudicial ao Administrador em atendimento a vários questionamentos quanto a acessibilidade do RPPS ao novo aporte.
- **329ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de Julho de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de Junho, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos. Em assuntos diversos foi informado aos membros do Comitê que os estudos da ALM estão em fase final de licitação e sobre o Coinvestimento do fundo Pátria Special Opportunities I informou o gestor de recursos que outros Institutos fizeram notificações similares ao IPMJ para obtenção de soluções mais rápidas e que demais questionamentos legais serão feitas através do departamento jurídico do Instituto.
- **330ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de Agosto de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. Foi apresentada a composição do Comitê de Investimentos designada pela Portaria n° 112/2020, de 05/08/2020, com alteração do membro suplente Willian Otávio Pereira que ocupou a posição de membro pela

aposentadoria da servidora Sônia Evarista da Silva. Cenário Econômico, análise da carteira de investimentos e atualizações de credenciamentos.

- **331º Reunião Ordinária, realizada em 13 de Agosto de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião iniciou-se com uma videoconferência da Distribuidora "Privatiza Agentes Autônomos de Investimentos" e da "Schroder Gestora de Investimentos", através de seus representantes que apresentaram opções em fundos de Investimentos no Exterior como forma de diversificação. O Comitê solicitou documentos para análise e credenciamento. Após apresentação registrou-se o fechamento do mês de Julho, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos com os seguintes tópicos: solicitação de reunião com os gestores Icatu Vanguarda de Gestão de Recursos Ltda. devido a performance baixa em relação ao benchmarking, notificação do IPMJ ao fundo Pátria Special Opportunities I através de ofício, indicações de fundo para resgate para fluxo de caixa no período de pandemia devido ao projeto de lei referente a suspensão patronal, resumo da apresentação da gestora "Kinea Private Equity Investimentos S.A", resumo da reunião online com os gestores do fundo Sul América Inflatie FI Renda Fixa Longo Prazo e informação sobre empresa vencedora da licitação da ALM. Em assuntos diversos o Comitê posicionou-se favorável a criação de gratificação para membros.
- **332º Reunião Ordinária, realizada em 16 de Setembro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de Agosto, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos e atualização de credenciamentos. Houve questionamentos sobre a situação do fundo Pátria Special Opportunities I e informativos sobre a aprovação da lei municipal 6.355/2020 que autoriza o município a não repassar o recolhimento das contribuições patronais em razão da pandemia do COVID-19.
- **333º Reunião Ordinária, realizada em 30 de Setembro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião tratou-se da situação do fundo Pátria Special

Opportunities I no qual através de reunião online com o Administrador sugeriu a criação de um fundo II, buscando enquadramento na resolução 3.922/2010 para que haja condições dos RPPS aderirem ao Coinvestimento. Entretanto o Administrador informou que para isso acontecer é necessário a participação mínima dos RPPS, todavia não existe confiança suficiente na estratégia para novos aportes devendo ser oficializada consulta ao departamento jurídico do IPMJ. Houve atualização de credenciamento do fundo Pátria Special Opportunities I, com ressalvas. Seguiu-se a reunião com a apresentação dos estudos da ALM e credenciamento de fundos de Investimentos no Exterior e sugestões de aportes devido as características de maior rentabilidade e menor volatilidade nos mercados externos. Apresentação do parecer jurídico sobre a gratificação aos membros do Comitê.

- **334º Reunião Ordinária, realizada em 08 de Outubro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. Explicação do departamento jurídico sobre a posição do IPMJ junto ao fundo de investimento Pátria Special Opportunities I, devendo aguardar a solução que será buscada pelo Banco Pátria, não devendo ser realizado nenhum posicionamento do Instituto sobre a possível realização de novo investimento antes que seja apresentado fundo adequado à Resolução nº 3.922, do CMN, e que tal fundo esteja devidamente credenciado junto ao IPMJ. Houve apresentação de credenciamentos e sugestões técnicas de aplicações e resgates conforme estudos da ALM.
- **335º Reunião Ordinária, realizada em 21 de Outubro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de Setembro, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos, revisão da Política Anual de Investimentos 2020 devido a apresentação dos estudos da ALM e atualização de credenciamentos.
- **336º Reunião Ordinária, realizada em 16 de Novembro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de Outubro, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos, Aprovação da Política Anual de Investimentos 2021 com

destaque para nova meta atuarial de INPC + 5,46%. Sobre o fundo de investimento Pátria Special Opportunities I, ressaltando-se que não existe novas informações e de acordo com o setor jurídico do IPMJ devemos aguardar o posicionamento do fundo.

- **337º Reunião Ordinária, realizada em 25 de Novembro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião iniciou-se com uma videoconferência dos Gestores da "Meta Asset Management" através de seus representantes que apresentaram opções em fundos de Investimentos em Renda Variável. Houve apresentação de credenciamentos, atualizações de credenciamentos e sugestões técnicas de aplicações e resgates conforme estudos da ALM.
- **338º Reunião Ordinária, realizada em 14 de Dezembro de 2020:** Reunião por meio do aplicativo "Google Meet" fez-se necessário diante da pandemia global de COVID-19. A reunião registrou o fechamento do mês de Novembro, com a elaboração do relatório gerencial, cenário econômico, análise da carteira de investimentos e atualizações de credenciamentos.

**Composição do Comitê de Investimentos 2020:**

MEMBROS
Renata de Souza Santos Esteves
Clévio Vítor de Almeida
Ivanir Barbosa da Silva Medeiros
Willian Otávio Pereira
José Ricardo Vinhas
Amauri Arnaldo Junior
Vanderlei Massarioli



*Figura 5 - Membros do CAIF*

## **EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL**

Para a gestão de seus recursos, e a fim de que seja garantida a constituição das reservas necessárias ao pagamento das futuras obrigações, o IPMJ realiza anualmente sua avaliação atuarial para a organização e revisão de seu plano de custeio e de benefícios.

A avaliação atuarial consiste em um estudo que parte das informações gerais do grupo de servidores municipais atuais, tais como: cargos ocupados, idade, sexo, tempo de serviço realizado anteriormente (na iniciativa privada ou em outros órgãos públicos) e dados de seus dependentes.

A partir destas informações, e com base em dados estatísticos de expectativa de vida, invalidez, entre outros, pode-se estimar a evolução dos custos previdenciários



para os próximos anos, o que permite que sejam tomadas hoje as decisões necessárias para o atendimento das obrigações esperadas.

Com a avaliação atuarial, baseada em normas gerais de atuária, apuram-se, portanto, os parâmetros necessários à garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social, fixando-se as alíquotas necessárias para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de previdência.

Conforme dados da avaliação atuarial realizada no ano de 2021 (data-base em 31/12/2020), o sistema previdenciário do Município de Jacareí compreende um universo de mais de seis mil integrantes, sendo 4.595 servidores ativos, 2.024 servidores inativos, além de 433 pensionistas.

Atualmente, o equacionamento do déficit atuarial passado, que é decorrente de períodos que antecedem a criação do Instituto, vem sendo realizado através do plano de amortização previsto na Lei Municipal nº 5.307, de 3 de dezembro de 2008, devidamente fundamentado em estudo atuarial consistente.

○ **Evolução da População Assegurada**

A análise comparativa dos últimos exercícios, pela quantidade de participantes do regime de previdência, pode ser verificada a seguir:

<b>Situação da População Coberta</b>	<b>2019 (Dez 2018)</b>	<b>2020 (Dez 2019)</b>	<b>2021 (Dez 2020)</b>
Servidores Ativos	4.543	4.624	4.595
Aposentados por tempo	978	1.107	1.108
Aposentados por idade	390	394	383
Aposentadoria especial	---	34	72
Aposentados por invalidez	365	373	369
Aposentados compulsoriamente	21	21	20
Pensionistas	361	406	433
<b>Total</b>	<b>6.658</b>	<b>6.959</b>	<b>6.980</b>

○ **Custo Previdenciário**

A análise da distribuição dos custos previdenciários, apurados na última avaliação atuarial com relação ao plano de custeio atualmente praticado, pode ser verificada no quadro seguinte:

<b>Benefícios Cobertos</b>	<b>Normal %</b>
Aposentadoria Programada	21,23%
Aposentadoria por Invalidez	2,20%
Pensão por Morte de Ativo	4,15%
Pensão por Morte de Aposentado	0,88%
Pensão por Morte de Inválido	0,04%
Administração	1,50%
<b>Total</b>	<b>30,00%</b>

*Relatório da Avaliação Atuarial com data focal em 31/12/2020*

○ **Evolução do Resultado Técnico Atuarial**

A análise da evolução do resultado técnico atuarial do RPPS, considerando o plano vigente de amortização do déficit, pode ser assim resumida:

<b>Resultado do Sistema de Capitalização</b>	<b>2019 (Dez 2018)</b>	<b>2020 (Dez 2019)</b>	<b>2021 (Dez 2020)</b>
Equilíbrio atuarial	Déficit R\$825.687.074,67	Déficit R\$874291.580,41	Déficit R\$1.071.372.009,21
Plano de custeio (Alíquotas de Contribuição)	Servidor: 12,95%	Servidor: 12,95%	Servidor: 12,95%
	Ente: 14,22%	Ente: 14,22%	Ente: 14,22%
	Suplementar: 27,86%	Suplementar: 34,67%	Suplementar: 40,27%

○ **Controle Interno**

O Controle Interno do RPPS é exercido pelo Conselho Deliberativo do IPMJ, na forma do artigo 16 da Lei Municipal nº 4.083, de 5 de junho de 1998, e por servidor designado, cabendo-lhe acompanhar os atos do Instituto nas áreas administrativa, de benefícios, financeira e contábil.

Dentre os aspectos que devem ser verificados pelo controlador interno destacam-se: o cumprimento das metas orçamentárias, da legalidade da gestão, da execução das receitas e despesas do Instituto, além de outras ações que possibilitem

aos gestores disporem de informações qualificadas sobre a legalidade, legitimidade, eficiência e publicidade dos atos acompanhados.

Durante o exercício de 2020, o servidor designado para o exercício das funções do Controle Interno foi o Sr. Carlos Augusto Zani, tendo sido por ele realizados os seguintes atos: exame dos relatórios bimestrais de despesas realizadas com recursos da taxa de administração, acompanhamento da execução das leis orçamentárias, análise dos balancetes mensais de despesas e receitas, análise do balanço anual, análise do relatório de reavaliação atuarial, dentre outros.

○ **Contratos**

No ano de 2020, o IPMJ formalizou os seguintes novos contratos:

Contrato	Contratada	Objeto	Modalidade de Licitação	Data da Prorrogação	Valor
001/2020	ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial - Ltda	AVALIAÇÃO ATUARIAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	20/01/2021	R\$ 7.500,00
002/2020	D.P.S Distribuidora de Peças Eq. E Serviços	15 computadores	CONVITE	19/02/2021	R\$ 31.350,00
003/2020	IT2 Brasil Comercio de Computadores e Serv de Inf. Ltda	05 unidades Monitor de Led 21,5 pol	CONVITE	19/02/2021	R\$ 2.295,00
004/2020	A3 Infotech Com e Prestação de Serv. Informática Ltda.	01 Servidor	CONVITE	19/02/2021	R\$ 28.698,00
005/2020	LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.	Consultoria de Serviços de ALM	CONVITE	01/09/2021	R\$ 19.985,00
006/2020	JD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	Empresa Serviços Perícia Médica	CONVITE	27/08/2021	R\$ 24.107,00
007/2020	3 IT Consultoria Ltda.	SISTEMA Previdenciário	TOMADA DE PREÇOS	08/10/2021	R\$ 22.968,00
008/2020	PLG SIQUEIRA CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA/ Emergencial	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO IPMJ	EMERGENCIAL	05/10/2021	R\$ 41.751,60

009/2020	ARHO SERV. DE APOIO EMPRESARIAL EIRELI - EPP	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO IPMJ	CONVITE	03/11/2021	R\$ 73.280,64
010/2020	CONSULTORIA CONTABIL LTDA	CONSULTORIA CONTABIL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	11/11/2021	R\$ 6.000,00

No mesmo ano, ainda, o IPMJ formalizou as seguintes prorrogações de contratos:

Contrato	Contratada	Objeto	Modalidade de Licitação	Data da Prorrogação	Valor
002/2017	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	COOPERAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES	DISPENSA DE LICITAÇÃO	06/06/2021	R\$ 3.598,56
003/2017	ORLANDO DE ASSIS MIRA ACESSÓRIOS ME	LOCAÇÃO DE VAGA DE ESTACIONAMENTO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	23/06/2021	R\$ 2.615,40
004/2017	ÁTICA SOLUÇÕES EIRELI ME	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PABX	DISPENSA DE LICITAÇÃO	10/08/2021	R\$ 4.982,64
003/2018	PANTHER ZELADORIA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA	MONITORAMENTO ELETRÔNICO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	21/05/2021	R\$ 1.538,40
005/2018	WEBJUR PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA EPP	FORNECIMENTO DIÁRIO DE BOLETIM DE PUBLICAÇÕES	DISPENSA DE LICITAÇÃO	01/12/2021	R\$ 1.733,16
001/2019	JACAREÍ TRANSPORTE URBANO LTDA	AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	20/01/2021	R\$ 18.198,40
004/2019	GILDA JUNQUEIRA DA SILVA E MAURO DOMINGOS DE MORAES	LOCAÇÃO DA SEDE DO IPMJ	DISPENSA DE LICITAÇÃO	05/04/2021	R\$ 88.980,48
005/2019	EMBRAS-EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA LTDA	SISTEMA DE INFORMÁTICA	TOMADA DE PREÇOS	17/06/2021	R\$ 133.500,00

006/2019	Viação JACAREÍ TRANSPORTE URBANO LTDA	AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	22/07/2021	R\$ 2.454,30
007/2019	PARAMITA TECNOLOGIA - QUANTUM	SISTEMA DE INFORMÁTICA PARA GESTÃO FINANCEIRA	DISPENSA DE LICITAÇÃO	04/09/2021	R\$ 7.440,00
8/2019	ABCPREV GESTÃO E FORMAÇÃO PREVIDENCIÁRIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONS. PARA IMPLANTAÇÃO - "PRÓ-GESTÃO RPPS"	DISPENSA DE LICITAÇÃO	25/11/2021	R\$ 7.300,00

## JURÍDICO

O setor jurídico do IPMJ é responsável pela representação do Instituto nos processos judiciais e administrativos em que este for parte ou interessado, competindo-lhe acompanhar os andamentos dos processos em todas as suas fases.

Compete ainda ao setor a prestação de assistência jurídica ao RPPS, elaborando minutas de normas e contratos e emitindo pareceres em processos de concessão ou revisão de benefícios, licitações, entre outros de interesse da entidade.

Durante o exercício de 2020, para o desempenho das funções descritas, foram emitidos pelo setor jurídico do Instituto **319 pareceres**, tratando de diversos temas, e elaboradas **146 petições**, para a defesa dos interesses do IPMJ em processos judiciais e junto ao Tribunal de Contas do Estado, assim distribuídas:

Atos Processuais	Quant.
Agravos de Decisões Denegatórias de RE ou REsp	6
Agravos Internos/Regimentais	4
Alegações Finais	3
Apelações/Recursos Inominados	9
Apresentações de Quesitos	3
Contestações	10
Contrarrazões Recursais	22
Embargos de Declaração	9

Especificações de Provas	11
Impugnações	2
Juntadas/Prestação de Informações	7
Manifestações sobre contribuições em precatórios	10
Manifestações sobre laudos/cálculos/documentos	23
Pedido de Desistência	1
Pedido de Efeito Suspensivo	1
Pedido de Suspensão de Execução	1
Pedidos de levantamento de depósitos	7
Petições em processos do Tribunal de Contas do Estado	6
Petições solicitando o processamento de recursos pendentes	3
Reclamação Constitucional	1
Recursos Extraordinários ou Especiais	7
<b>Total</b>	<b>146</b>

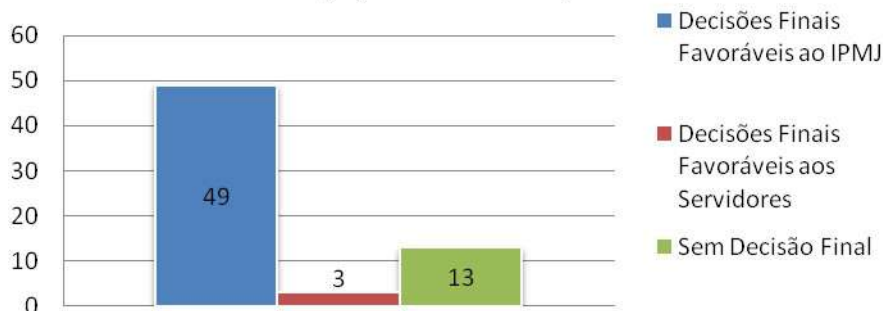
Atualmente, o IPMJ figura como parte em **91 ações judiciais**, sendo autor em 5 dessas ações e réu em 86, versando as referidas ações sobre os seguintes assuntos:

Quant.	Assunto	Posição do IPMJ
1	Ação Popular	réu
23	Aposentadoria Especial (exposição a agentes nocivos)	réu
16	Aposentadoria Especial (guardas municipais)	réu
8	Aposentadoria Especial do Magistério	réu
4	Aposentadoria por Invalidez	réu
3	Cobrança de Contribuições Previdenciárias	autor
1	Indenização por danos morais	réu
1	Licença para tratamento de saúde (Auxílio Doença)	réu
4	Pensão por Morte	réu
1	Produção Antecipada de Provas	réu
2	Ressarcimento ao Erário	autor
1	Restituição de Contribuições Previdenciárias	réu
2	Reversão de Aposentadoria	réu
24	Revisão de Aposentadoria (diversos fundamentos)	réu

Uma das demandas mais expressivas de ações movidas em face do IPMJ, em tramitação até o exercício de 2020, refere-se aos pedidos de aposentadoria especial formulados pelos guardas civis municipais em razão do alegado exercício de atividades de risco.

Ao todo já foram movidas 65 ações com esta pretensão, das quais 49 já foram arquivadas com decisões finais favoráveis ao IPMJ (43 julgadas improcedentes e 6 extintas sem análise de mérito) e 16 ainda se encontram ativas (13 ainda sem decisão final e 3 com decisões finais favoráveis aos servidores, e que se encontram em fase de cumprimento de sentença).

### **Aposentadoria Especial de Guardas Municipais (Ações Judiciais)**



No exercício de 2020, em atendimento a decisões judiciais provisórias ou definitivas, foram realizadas pelo IPMJ 2 (duas) implantações de benefícios previdenciários.

Foram, ainda, promovidos 2 (dois) cancelamentos de benefícios em decorrência da modificação de decisões judiciais provisórias que haviam determinado suas implantações.

Com relação aos pagamentos efetuados pelo IPMJ em procedimentos de cumprimento de sentenças, durante o exercício de 2020 foram pagos 2 (dois) precatórios, no total de R\$ 330.750,59 (trezentos e trinta mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos), e 5 (cinco) Requisições de Pequeno Valor (RPVs), totalizando R\$ 20.104,10 (vinte mil, cento e quatro reais e dez centavos).

## **ATIVIDADES REALIZADAS PELO RPPS EM 2020**

Durante o exercício de 2020, além das atividades de rotina, o IPMJ realizou atividades de formação e de interação com os servidores, aposentados e pensionistas do RPPS. É preciso levar em consideração que em 20 de março de 2020 houve Decreto Federal nº 10.282 para enfrentamento da Pandemia do COVID-19 e em 28 de maio de 2020 o Decreto Estadual nº 64.994 instituiu o Plano São Paulo que estabeleceu medidas complementares para o enfrentamento da pandemia do COVID-19, no qual o Município de Jacareí adotou para os seus serviços as regras do Plano São Paulo, o que ocasionou medidas de distanciamento social e diminuindo as atividades realizadas presencialmente, destacando-se as seguintes:

### ○ **Participação de Servidores e Conselheiros em Cursos e Eventos Previdenciários**

Para propiciar a constante atualização dos conhecimentos de sua equipe, os servidores e os conselheiros do Instituto participaram, no ano de 2020, de cursos, treinamentos, encontros e congressos de previdência, destacando-se os seguintes:

- Giro ABIPEM: As repercussões da implantação da EC 103/2019 nos RPPS, realizado em Jundiaí, em 12/02;
- 21º Encontro de Gestores Públicos e XX V Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios, realizados na cidade de Ribeirão Preto (SP), no período de 9 a 13 de março de 2020;
- 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e 9º Congresso Estadual da ASSIMPASC, realizado em Florianópolis/SC, de 11 a 13/03;
- 16º Congresso Estadual de Previdência, organizado pela APEPREM realizado no formato remoto, de 14 a 15/10;
- XP Expert 2020, realizado no formato remoto por multiplataformas, de 14 a 18/07;
- Curso de Sistema de Controle Interno no setor público realizado no formato remoto, de 17/11 a 04/12.





*Figura 6 – Servidores no 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e 9º Congresso Estadual da ASSIMPASC, realizado em Florianópolis/SC*

#### ○ **Entrega das Cestas de Natal**

No período de 14 a 18 de dezembro de 2020 o IPMJ em parceria com a Secretaria de Administração e Recursos Humanos efetuou a entrega das Cestas de Natal, fornecidas pela Prefeitura Municipal de Jacareí aos aposentados e pensionistas do Instituto.

## **APROVAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COLEGIADO**

Este relatório foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na reunião de 28/09/21.